



f /peloestado

[PeloEstado]



peloestado.com.br

Situação de SC fica preocupante com taxaçoão de Trump

Santa Catarina não ficou de fora da taxaçoão que Donald Trump pretende impor aos produtos brasileiros. Ou seja, caso as tarifas de 50% para os nossos produtos entre mesmo em vigor a partir do dia 1º de agosto, a economia catarinense também sofrerá sérias consequências.

O Estado tem - pelo menos até agora - uma relação sólida com os Estados Unidos, que é um dos principais destinos dos nossos produtos, principalmente carnes de aves e suínos. Só em 2024, Santa Catarina exportou quase R\$ 12 bilhões para lá, um número significativo que pode cair consideravelmente, por isso a preocupação de empresários, indústrias e produtores, fora o impacto que isso pode causar para o consumidor final, que pode ver o dólar subir vertiginosamente e impactar no preço dos produtos básicos do dia a dia.

Mas ainda há esperança para que isto não aconteça e a saída está na diplomacia.

A Federação das Indústrias de Santa Catarina (Fiesc) se manifestou sobre o tema e afirmou que a decisão precisa ser avaliada sob três aspectos: sob o ponto de vista econômico, não há justificativa para a aplicação desta taxa,

já que os Estados Unidos registram superávit há décadas na balança comercial com o Brasil; o segundo aspecto diz respeito às políticas domésticas, o Brasil é um país soberano e suas decisões, certas ou erradas, devem ser respeitadas; por fim, ao invés de adotar postura neutra em relação à diplomacia internacional, o Brasil repetidamente assume posições de desalinhamento com os Estados Unidos.

Semelhante ao que aconteceu com outros países, Donald Trump eleva as taxas para que comecem as negociações e ele tenha poder de barganha. No caso do Brasil, a questão de Trump sai da esfera econômica e entra na esfera política (ou não). Na carta que justifica essa taxa absurda, ele argumenta que o motivo para tal é o processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e contra empresas americanas de redes sociais. Também por causa de um suposto déficit comercial com o Brasil, mas que não acontece.

Ao que tudo indica, essa polarização está ameaçando gravemente a economia brasileira e, agora, cabe ao presidente Lula (PT) reverter a situação.

Condenação mantida

O Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) manteve a condenação de um ex-prefeito de Brusque, Ciro Roza, por ato de improbidade administrativa. Ele foi responsabilizado pelo uso de verbas públicas para financiar matérias de conteúdo pessoal e elogioso em revista local, o que viola os princípios constitucionais da administração pública, especialmente o da impessoalidade. Segundo a ação civil pública ajuizada pelo MPSC, em 2005, foram firmadas três contratações com uma revista, por intermédio de uma empresa de comunicação, para a veiculação de publicidade institucional. Contudo, as publicações se limitaram a exaltar a imagem pessoal do então Prefeito e, em



Foto: Redes Sociais/Reprodução

menor medida, do Vice-Prefeito, sem qualquer cunho informativo ou educativo à população, conforme exige a constituição.

Disputa

A disputa da vaga do Quinto Constitucional continua movimentando a justiça catarinense. Sabine Müller, com escritório em São José, é a única mulher na disputa da cadeira que substituirá o desembargador Sebastião César Evangelista no Tribunal de Justiça de SC. Ele se aposentou no início do ano.

Sabine transita com facilidade no meio jurídico e político catarinense e se destaca entre as valorosas mulheres que atuam na área jurídica. Nas cidades da Grande Florianópolis e Sul, está ministrando palestras sobre a relação dos advogados com os tribunais e sobre a precificação dos honorários.

Caminhoneiros

O deputado federal Valdir Cocalchini (MDB) e o empresário Luciano Hang publicaram um vídeo nas redes sociais em apoio aos caminhoneiros. Eles criticam a legislação atual, que exige 11 horas ininterruptas de descanso, mesmo quando o motorista realiza pausas fracionadas ao longo do dia. Para resolver a situação, Cocalchini apresentou um PL que propõe reduzir o tempo mínimo de descanso para 8 horas diárias, com acompanhamento eletrônico por aplicativo com geolocalização, em substituição ao tacógrafo. O deputado afirma que a medida busca garantir ao caminhoneiro o direito de descansar de verdade, sem ficar preso ao excesso de burocracias.

Cadê as câmeras?

Deputados cobraram, esta semana, o cumprimento de uma lei aprovada pela Assembleia em 2023 que trata da instalação de câmeras de videomonitoramento nas escolas estaduais de Santa Catarina. Com base em respostas a dois pedidos de informação enviados ao Poder Executivo pelo deputado Mário Motta (PSD), o deputado Napoleão Bernardes (PSD) afirmou que as escolas estão, desde outubro de 2023, sem vigilância eletrônica. E cadê o resultado dos trabalhos do Conseg Escolar? O grupo vem há anos realizando ações para garantir segurança nas escolas estaduais e, ao que tudo indica, o básico, que são as câmeras de segurança, foram esquecidas. É isso mesmo?

Pesca da Tainha

A Comissão de Constituição e Justiça adiou a votação do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) que propõe a suspensão de trecho de uma portaria conjunta dos Ministérios da Pesca e Aquicultura (MPA) e do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA). A norma do Executivo estabelece regras para a pesca da tainha em Santa Catarina, inclusive com limites e cotas de captura da espécie. A expectativa é que o PDL seja apreciado na próxima semana. Segundo o autor da proposta, senador Esperidião Amin, o adiamento se deu por conta da discussão sobre o projeto do novo Código Eleitoral.

Integração Editorial



Produção e edição: ADI/SC - Jornalista Celina Sales

Diagramação: Celina Sales

Contato peloestado@gmail.com

*Esta coluna é publicada nos jornais e portais associados a ADISC e a APJSC